

NARRATIVAS SOBRE MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL COLÔNIA

Alessandra Furtado de Oliveira
Ruth Maria Mariani Braz Jacqueline de Faria
Barros Ramos

Ser mulher no período colonial do Brasil era sinônimo de enfrentar inúmeras dificuldades. A sociedade da época era marcada por valores patriarcais, que relegavam as mulheres a um papel secundário e subordinado aos homens. Além disso, a falta de acesso à educação e ao mercado de trabalho limitava as possibilidades de autonomia e realizações pessoais das mulheres.

No período colonial brasileiro as mulheres eram peças fundamentais para a construção da nova terra, porém a elas foi relegado um papel secundário ou quase invisível no meio social. O cotidiano feminino era marcado por rígido controle e a mentalidade da época era impregnada de mitos e superstições. (DA SILVA, 2014 p. 257)

Ainda mais desafiador era o fato de que as mulheres eram frequentemente vítimas de violência e abuso, tanto físico quanto psicológico. O casamento era visto como uma obrigação para as mulheres, e muitas vezes elas eram forçadas a se submeterem a maridos violentos e opressores. Além disso, a falta de proteção legal e o respeito da sociedade em relação às mulheres tornava ainda mais difícil a luta por seus direitos e pela dignidade humana.

Conhecer as mulheres coloniais abre ao leitor parte da História do Brasil que por muito tempo ficou escondida e revela que o cotidiano era mais conturbado e ativo do que aquele que por muito tempo foi apresentado de maneira calma, tranquila, serena; como se as mulheres fossem bonecas que qualquer um pudesse manipular. Ao ir além do que a História Oficial assinala, descobre-se um mundo totalmente diferente (DA SILVA, CASTILHO, 2014 p. 258).

A história das mulheres com deficiência no Brasil colonial é marcada por inúmeras dificuldades. Na época, as mulheres já enfrentavam diversas barreiras em relação aos direitos civis e sociais, sendo a deficiência mais um obstáculo a ser superado. Além disso, a falta de políticas públicas e a ausência de uma compreensão adequada sobre as necessidades das pessoas com deficiência torna a vida ainda mais difícil para as mulheres com limitações físicas, sensoriais ou

intelectuais (DA SILVA, CASTILHO 2014).

Entre as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, podemos destacar a falta de acesso à educação e ao mercado de trabalho, a perceber o preconceito da sociedade em relação à deficiência, bem como as restrições impostas pela própria condição física. Essas mulheres também eram frequentemente vistas como dependentes dos homens e da caridade pública, o que limitava ainda mais suas possibilidades de autonomia e realização pessoal (DA SILVA, CASTILHO 2014).

Apesar das adversidades, algumas mulheres com deficiência conseguiram se destacar na sociedade colonial, seja por meio de suas habilidades artísticas ou por sua atuação política e religiosa. No entanto, é importante destacar que essas mulheres eram exceção em um contexto de opressão e exclusão (DA SILVA, CASTILHO 2014).

Assim este artigo vamos relatar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres com deficiência no Brasil colonial. Compreender este período é fundamental para reconhecer a importância da luta pelos direitos das pessoas com deficiência ao longo da história. É preciso respeitar as conquistas já alcançadas e continuar trabalhando pela inclusão e pelo respeito à diversidade humana.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa documental, qualitativa e exploratória. Foi realizada uma pesquisa sobre a história das mulheres com deficiência durante o período colonial brasileiro por meio de revisão bibliográfica e análise minuciosa de documentos históricos. A investigação utilizou diversas fontes como artigos, livros, teses e documentos disponíveis em bibliotecas e arquivo de materiais de divulgação científica. Também utilizamos as plataformas de bases como: Educapes, Google acadêmico, Scielo, Researchgate. Para que munidos desses materiais pudéssemos fazer o escopo do seguinte trabalho.

RESULTADOS

A primeira referência histórica que apresentamos é de origem tipicamente nacional, nasceu no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1725, nesse período o Brasil ainda era uma colônia que pertencia a Portugal, e passava por uma série de revoltas denominadas nativistas que questionavam o monopólio de comércio de mercadorias, feito pelos portugueses. E foi nesse contexto, onde ainda se vê toda uma precariedade por sermos uma colônia, que cresceu a menina Ângela do Amaral Rangel (fig. 1), uma criança cega de nascimento. Ela era filha natural de Antônio Marcos Vale e Custódia Rangel, que formavam uma família bastante ilustre da então cidade que passa a ser a capital da colônia no ano de 1763.

Figura 1. A poetisa Ângela do Amaral Rangel.



Fonte: <https://bitly.com/qTbwJR>

Nesse período não havia nenhum tipo de escola especial para a PcD. Por esse motivo acredita-se que ela tenha adquirido sua instrução auditivamente. Sua educação era refinada e incluía o domínio da língua espanhola. O fato de ter instrução em um período em que isso era um artigo bem raro chama atenção. Normalmente os filhos das famílias mais abastadas iam estudar na Europa e depois de formados regressavam ao Brasil. Ela foi um caso bem atípico, uma mulher letrada e ainda com deficiência, o que lhe rotulou com o apelido de “Ceguinha”, mas não impediu que ela publicasse seus versos. (CAVALCANTI, 2004).

Ângela compôs uma obra, que se revela pequena diante da quantidade, mas gigantesca pela sua importância. Ela escreveu sonetos e romances líricos em português e espanhol, todos eles carregados de louvações a pessoas importantes da época. Os poemas que dedicou ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, foram incluídos na Antologia Júbilos da América, obra que foi editado em Lisboa em 1754, o que torna decerto uma explicação para que estes tenham tido tanta visibilidade no período, fazendo que fossem publicados num período que precede a independência. (CAVALCANTI, 2004) Vide um exemplo dessa obra:

"Máximas Cristãs e Políticas"

*"Ilustre General, vossa Excelência Foi
por tantas Virtudes merecida,*

Que, sendo já de todos conhecida,

Muito poucos lhe fazem competência:

*Se tudo obrais por alta inteligência, De
Deus a graça tendes adquirida, Do
Monarca um afeto sem medida, E do
Povo suahumilde obediência:*

No Católico zelo, e nalealdade

*Tendes vossa esperançabem fundada;
Que, na presente, e na futura idade,
Há de ver a Virtudepremiada
Na terra com feliz serenidade,
E nos Céus com a glória eternizada."*
(da obra "Júbilos da América", p.
271)

A crítica ao mesmo tempo que elogia seu acervo, embora seja diminuto, acentuando sua capacidade de versificar com espontaneidade, também acrescenta que por mais que seja um modo singelo, é direto, melodioso, e transparece uma erudição quefoi muito elogiada por seus pares na ocasião.

É importante que se ressalte que estamos falando de um período em que as mulheres não frequentavam com desenvoltura os espaços masculinos, e ela se fez presente, como a única mulher a participar da Academia dos Seletos, onde se expressa através de suas criações.

Só esse fato já merece destaque por ela se fazer presente em um ambiente naturalmente hostil ao sexo feminino, o que torna ainda mais notável é o de ter sido feito por uma mulher, ainda queela tenha vindo de uma família abastada que possa ter de certo

modo facilitado sua vida, ainda assim não era muito comum, uma PcD, ter uma instrução relevante e se mostrar capaz de ocupar espaços, numa sociedade onde a maioria era privada dela (CAVALCANTI, 2004).

Infelizmente não temos registros que dão conta do que ocorreu com Ângela em um momento posterior e onde tenha ocorrido a sua morte. Atualmente seu nome é o de uma rua residencial que fica no Rio de Janeiro, mais precisamente em Bangu, e outra que fica na Vila D. Pedro II, em São Paulo.

Ângela do Amaral Rangel, até bem pouco tempo ocupava um significativo espaço ao se abordar a Inconfidência Mineira, por conta das suas contribuições para as obras de arte locais do denominadoBarroco Mine.

A segunda personagem feminina, que apresentamos em nosso trabalho, fazia parte da elite brasileira e frequentava a Corte, sendo próxima da família Real, com quem manteve estreitos laçosdurante toda a sua vida.

No ano de 1849 viu-se abalada a aura de paz e tranquilidadereinante que havia durante o governo do monarca D. Pedro II, por conta da chegada de um vírus que assolava a Europa, mas que atéentão era desconhecido por aqui. Ele veio instalado em um navio com bandeira americana que aportou em Salvador e que tinha feito escala em ilhas no Caribe conhecidas pelo grande número de infectados da famigerada febre amarela, que rapidamentealastrou no nosso país. Mas foi também o ano de nascimento de Maria Amanda Lustosa Paranaguá, na mesma capital, no Dia de Santo Antônio, dia 12 de junho.(CRUZ, 2018)

Maria pertencia pelo lado paterno a uma família bem tradicional da região do

Piauí, os Lustosa. Era filha de João Lustosada Cunha Paranaguá, o 2º Marquês de Paranaguá, e sobrinha de dois barões por parte materna, que eram o Barão de Paraim e do de Santa Filomena. Também desta mesma parte era neta de Joaquim Pinheiro Vasconcellos, o Visconde de Monserrate.

Vale lembrar que todos da nobreza brasileira, não traziam o seu título vinculado ao sangue real, e sim em consideração aos benefícios prestados à família real. Ou seja, estamos falando de famílias de posses, o que facilitava a circulação por todos os espaços que interessavam no período. (CRUZ, 2018)

“Amandinha”, que era a forma carinhosa como a ela se referiam, ainda possuía a seu favor o fato de ser afilhada de Luísa Margarida Portugal e Barros, a Condessa de Barral, que por ter sido atribuída como uma suposta amante de D. Pedro II, tinha o poder de influenciar nas escolhas futuras de sua vida facilitando sua entrada na Corte. (CRUZ, 2018)

Em 1854 a família migrou para o Rio de Janeiro com intuito de ficar mais próximo das oportunidades advindas da família real, e facilidades não faltavam na ocasião, haja vista a quantidade de conterrâneos baianos que existiam no cenário político daquele período. Amanda contava então com 5 anos de idade. Posteriormente, ela é dada como afilhada da tutora das filhas do Imperador, como já mencionado anteriormente Luísa Margarida Portugal e Barros, que também era oriunda das proximidades de onde a família Paranaguá residia na Bahia.

Luísa Barros, aparentemente dominava as relações de poderes predominantes em uma sociedade de Corte. Seu apreço pela cultura letrada, a observação da etiqueta em voga nos altos círculos europeus e a qual as camadas senhoriais do Brasil procuravam se afinar, a conversação, a astúcia, tudo isso contribuiu para que esta senhora viesse a se destacar entre as mulheres do paço. Não foi sem razão que, uma vez casada com as princesas, Luísa teria o seu trabalho reconhecido através da conquista de mais um título de nobreza, desta vez brasileiro, de condessa de Pedra Branca, em homenagem ao seu falecido pai, Domingos Borges de Barros visconde de mesma invocação. Seus atributos teriam despertado a atenção e os sentimentos do Imperador, com o qual, de acordo com alguns historiadores, teria alimentado uma relação amorosa (CARVALHO, 1992, p. 287).

E o fato de a preceptora das princesas ser sua madrinha tornou mais fácil o acesso aos palácios do imperador, onde era presença constante juntamente com o filho de Luísa, Dominique. E como a família imperial gostava muito de registrar seu dia a dia através de fotografias, podemos ver em momentos diferentes registros de crianças em várias situações e palácios, onde apesar de não possuírem legendas que figurem além dos nomes das princesas, certamente em algumas delas Amandinha estaria presente, por conta da assiduidade com que

acompanhava a madrinha.(CRUZ, 2018)

No ano de 1862, durante uma brincadeira nos jardins do palácio de veraneio da família imperial, que ficava em Petrópolis, a princesa Isabel ao manusear imprudentemente um avião, acabou por ferir o olho direito de Amandinha. (CRUZ, 2018)

O episódio é contado por Pedro Calmon (CALMON, 1981, p. 70-71), que ainda conta que as famílias não alimentaram nenhuma animosidade entre as partes e que D. Pedro II na ocasião gastou uma quantia bem significativa na época, um montante de 3 contos de réis, para encomendar uma prótese feita em vidro. Porém de ambas as partes, talvez para que não deturpavam o que teria acontecido, houve um silenciamento feito de ambas as partes sobre o ocorrido, que não resultou de forma alguma em estremecimento na amizade entre elas. O incidente fez com que Amanda tentasse escondê-lo sempre que possível nos retratos que tirou ao longo de sua vida, evitando a todo o custo o lado direito como o que segue na figura 2.

Figura 2- Maria Amanda Paranaguá. Coleção Francisco Rodrigues; FR-1745. Fundação Joaquim Nabuco. Recife.



Fonte: <https://bityli.com/FLXTJT>

Os desafetos de seu pai, não tardaram a criticar o fato como se ele tivesse possibilitado a entrada da família Paranaguá ao Palácio de São Cristóvão, residência da família imperial, de uma forma mais célere devido a esse incidente, como a publicação de 1885, em que um autor desconhecido narra assim o ocorrido:

suas relações com S. Cristóvão se estreitaram, porém, muito por causa de certo acidente ocorrido numa digna e distinta filha desse Sr. [Paranaguá] e que é hoje a respeitabilíssima senhora do Sr. Franklin Dória. Compreendemos que o fato de haver a princesa Imperial [Isabel], brincando, vazado um dos olhos da interessante filha do Sr. Paranaguá, tornasse a família do Sr. D. Pedro II é obrigado a todas as provas

de amizade, estima e consideração ao Sr. Paranaguá e às suas virtuosas e dignas filhas [Amanda, Argemira e Francisca]; mas tudo isso devia ficar no seio da intimidade, sem pôr em jogo os interesses da nação e o serviço público. (Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 31/08/1885, p. 2. apud *in* CRUZ, 2018 p.).

É visível a dose de ironia ao atribuir a aproximação de Amandinha à princesa Isabel como se fosse uma forma de “pagamento” pelo inconveniente de ter lhe causado, ao que tudo parece ser num acidente sem premeditação, a perda do olho direito. Como se ela não fosse capaz de conquistar por esforço próprio um espaço cativo no coração da princesa e amiga desde antes do ocorrido (CRUZ, 2018).

Outro ponto importante que merece destaque também nessa história particular, é o fato de que ao procurar casamento para Amandinha foi feito todo um arranjo para que ambos tivessem uma característica em comum que era a cor da pele, uma questão de suma importância em se tratando de uma sociedade como era a do Brasil Imperial, onde a partir dela se determinavam as relações entre as pessoas, nesse caso os noivos não eram considerados brancos. (CRUZ, 2018)

Segundo apontamentos feitos por Barman, seus pais eram descritos, como Maria Amanda Vasconcellos, branca que ao se casar com João Paranaguá, acabou por conferir à sua filha uma pele “morena” (BARMAN, 2005, p. 54.). Mas a família tinha posses e influência na região e ainda havia a seu favor o peso de ter como madrinha a Condessa de Barral.

Nesse contexto, era comum que as pessoas que não fossem alvas, casassem-se com pessoas que pudessem “mascarar” sua condição e lhes proporcionaram um certo tipo de embranquecimento” (CRUZ, 2018).

Nesse caso a união de Amanda Paranaguá uma mulher “morena” com um homem “de cor” Franklin Américo de Meneses Dória, que posteriormente veio a se tornar o Barão de Loreto, tornando-se, por conseguinte Amandinha a Baronesa consorte de Loreto. (CRUZ, 2018)

Num primeiro momento parecia como uma ação desacertada, tendo em vista que o que mais acontecia na época era que quem tivesse a tez mais escura procurasse um casamento com alguém branco, numa possibilidade de “embranquecimento” e ascensão social, ao se criar laços com uma família que tinha “moldes europeus”. Porém, o que se viu aqui foi uma aliança entre famílias que representavam forças políticas baianas, que tinham lutado juntas em prol da Independência do Brasil nos idos de 1822. (CRUZ, 2018)

E o fato de Franklin ser um homem “de cor”, mas bem-casado deve ter contribuído para que chegasse aonde chegou politicamente, como é destaque na Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 23/07/1886, p. 1, vide essa transcrição:

De acordo com uma matéria do Gazeta da Tarde, de 23 de julho de 1886, escrita por um pseudônimo,

“Um diplomata”, alegou que um amigo seu ouviu o Imperador, então pela Europa, afirmar que resguardava sob a administração do país vários homens de tez escura. “É ministro da guerra e interino de estrangeiros, outro homem de cor, Franklin Dória”, teria afirmado o monarca. (Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 23/07/1886, p.1 *apud in* CRUZ, 2018, p. 59).

O pai de Amandinha, João Paranaguá procurou apostar na educação como um diferencial para a formação de sua filha, já que pretendia introduzi-la no seio da Corte, e ter livre-trânsito entre as famílias mais renomadas do período, e por isso a matriculou no Colégio do Ingá, em Niterói, em 1861, onde ela usufruiu de um currículo que abrangia língua portuguesa, religião, história, francês, inglês e contabilidade. (Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 21/12/1861, p. 2. *apud in* CRUZ, 2018, p. 61.).

O olho vazado de Amandinha carece de cuidados tanto por ela quanto pela família imperial enquanto viveram, como deixa transparecer essa missiva da Imperatriz Teresa Cristina que foi lhe enviada em 09 de abril de 1886, por ocasião de um procedimento que iria realizar: “soube por minha filha que ia brevemente fazer o tratamento do olho, e esteja certa que não deixarei de cumprir a promessa que lhe fiz por esta ocasião a fim que tudo vá bem como desejamos” (DUAS SICÍLIAS, Teresa Cristina de Bourbon e. Cartas autógrafos da imperatriz Teresa Cristina, s./d..Arq. 2.2.5. Coleção baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro. *Apud in* CRUZ, 2018, p. 96).

Mesmo com tantos cuidados a perda da visão foi irreversível. Infelizmente não temos fotografias que possam dar maiores detalhes sobre ficou ao longo de sua vida com essa prótese de vidro, ou saber como ela se sentia em relação a esse incidente, pois talvez pelo fato de a situação ter envolvido uma das princesas, a que poderia governar o país um dia, não houve grandes alardes sobre a situação. Também me parece muito pretensioso atribuir que a proximidade e permanência de Amandinha junto a família imperial, tenha sido pura e simplesmente obra dessa situação.

O fato dela ser uma moça vinda de uma família de posses, e com uma instrução que ia muito além do que normalmente as moças de sua época recebiam, faziam com que ela tivesse naturalmente uma retórica que se destacava dentre muitas. (CRUZ, 2018)

Podemos observar que assim como Ângela do Amaral Rangel, também fazia parte de uma elite colonial, e ainda tiveram a sorte de fazerem parte de famílias que estimulavam entre seus membros a educação, isso fez toda diferença para a ocasião e tempo em que nasceram. Ao contrário de muitas pessoas que tinham as mesmas condições de deficiência visual, guardando as devidas diferenças entre elas, sendo Ângela totalmente e Amandinha parcialmente, elas não ficaram limitadas em suas residências, tiveram autonomia e produziram em suas vidas, fato que infelizmente não alcançava a todos nas mesmas situações. Ainda hoje há um

longo caminho a percorrer nesse sentido. (CRUZ, 2018)

A expressão “cega de raiva” soa muito agressiva e acaba sendo desrespeitosa com a PcD, além de tudo pode ser facilmente substituída por outra no nosso vocabulário, como por exemplo: ficou com muita raiva, se exaltou mais do que deveria, e outros.

CONCLUSÃO

A representatividade das mulheres com deficiência na história colonial do Brasil é fundamental para se entender o papel da diversidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por muito tempo, essas mulheres foram excluídas e marginalizadas pela sociedade patriarcal e preconceituosa, o que as tornou invisíveis aos olhos da história.

Ao falar sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres com deficiência no período colonial, é possível resgatar suas trajetórias e suas contribuições para a construção do país. Isso ajuda a enfrentar a diversidade e a luta pela inclusão, tornando-se uma inspiração para outras pessoas que enfrentam barreiras semelhantes.

Além disso, a representatividade das mulheres com deficiência na história colonial é importante para se compreender o papel da deficiência na construção das identidades individuais e coletivas. Ao reconhecer a deficiência como uma parte integrante da experiência humana, podemos combater o preconceito e identificá-la, e lutar por uma sociedade mais inclusiva e respeitosa às diferenças.

Portanto, falar sobre as mulheres com deficiência no período colonial do Brasil é fundamental para se compreender a importância da diversidade e da luta pela inclusão ao longo da história. É preciso respeitar essas mulheres e reconhecer suas contribuições para a construção do país, para que possamos construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. Unesp, 2005.

CALMON, Pedro. **Franklin Dória, Barão de Loreto**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p. 70-71. Disponível: <https://curt.link/wSgL76>

CALMON, Pedro. **O rei do Brasil: vida de D. João VI**. Brasileira, 1943. Disponível em: <https://bit.ly/3uZ7xEO>

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 62; MATTOSO, Kátia Q. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 287.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida ea construção da cidade da Invasão Francesa até a chegada da corte.**Zahar: Rio de Janeiro, 2004.

CRUZ, Itan. **A serviço de Sua Alteza Imperial: Amanda Paranaguá Dória, dama da princesa Isabel (1849-1931).** 2018. Dissertação de mestrado apresentada no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://bit.ly/3cqD107>

CRUZ, Itan et al. **A serviço de Sua Alteza Imperial: Amanda ParanaguáDória, dama da princesa Isabel (1849-1931).** 2018. apud **Gazeta daTarde**, Rio de Janeiro, 23/07/1886, p.1 e o **Diário do Rio de Janeiro**,Rio de Janeiro, 21/12/1861, p.2.

CRUZ, Itan et al. **A serviço de Sua Alteza Imperial: Amanda ParanaguáDória, dama da princesa Isabel (1849-1931).** 2018 Apud **Romanceiro da Inconfidência**, foi feita a partir do texto integrante da “**OBRA POÉTICA**”, de Cecília Meireles, publicado, em volume único, pela Editora Nova Aguilar S/A, no Rio de Janeiro, em 1977. Disponível em: <https://bit.ly/3Oe46AR>

DA SILVA, Letícia Ferreira; DE CASTILHO, Maria Augusta. **Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social.** **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 12, 2014.